Sanções e controle de exportações: medidas da ONU, Rússia e sanções secundárias: resumo

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Singapura dá efeito às sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas por meio do United Nations Act 2001, de regulamentos da Monetary Authority editados com base no Financial Services and Markets Act 2022 e de controles comerciais administrados pela Singapore Customs, e os seus tribunais interpretam essas medidas com precisão, como mostrou o caso *The "Sahand"* em 2011. A sua política de longa data de aplicar apenas as sanções das Nações Unidas conheceu a primeira grande exceção desde 1978 nas medidas contra a Rússia de fevereiro e março de 2022, que proíbem a exportação de bens militares e de determinados itens eletrônicos, de informática e de telecomunicações e impedem as instituições financeiras de operar com quatro bancos russos, de financiar nova dívida pública russa ou de usar digital payment tokens para contornar essas regras. As sanções norte-americanas, europeias e britânicas, que Singapura não aplica, alcançam os seus bancos, negociantes e armadores por meio do dólar, dos bancos correspondentes, dos seguros, das políticas de grupo e das cláusulas contratuais, como ilustram as sanções secundárias da Executive Order 14114 e as designações de redes que utilizam

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

mercadorias de origem singapuriana. As transferências entre navios nas águas em torno de Singapura e o crescimento das frotas paralelas que transportam petróleo russo e iraniano transformaram o risco marítimo num tema central de compliance e numa questão de segurança pública, que Singapura enfrenta por meio do controle pelo Estado do porto e da diligência do seu setor privado. O Strategic Goods (Control) Act de 2003, com a sua cláusula geral (catch-all), penas baseadas no valor e a nova ordem de controle de dezembro de 2026, completa um quadro de sanções que permite a Singapura continuar a ser um polo entre o Oriente e o Ocidente e, ao mesmo tempo, provar aos seus parceiros que o polo não é um canal de evasão.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com